



**2º SIMULADO XXVIII**

**OAB**



**Estratégia**  
**OAB**

## 2º simulado - XXVIII Exame de Ordem 2019

Nome: \_\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada na 1ª fase do XXVIII Exame de Ordem da OAB;
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, a FGV;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – Depois que você finalizar as questões, acesse a página principal do site do Estratégia Concursos. Lá, terá um artigo contendo um link para você preencher o seu gabarito no formulário;
- 7 – **O formulário para o preenchimento do Gabarito ficará disponível a partir das 10h30**, após duas horas de prova;
- 8 – Preencha com cuidado as respostas e aguarde o sistema processar a sua Nota Final no simulado.
- 9 – Nosso sistema tem um prazo e o fechamento do Gabarito Eletrônico. Por isso, você só tem até às 13h para preencher o formulário e participar do Ranking;
- 10 – O Ranking Classificatório com os resultados será divulgado após o início da Correção do Simulado.
- 11 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

### CARTÃO DE RESPOSTAS

1	A	B	C	D	21	A	B	C	D	41	A	B	C	D	61	A	B	C	D
2	A	B	C	D	22	A	B	C	D	42	A	B	C	D	62	A	B	C	D
3	A	B	C	D	23	A	B	C	D	43	A	B	C	D	63	A	B	C	D
4	A	B	C	D	24	A	B	C	D	44	A	B	C	D	64	A	B	C	D
5	A	B	C	D	25	A	B	C	D	45	A	B	C	D	65	A	B	C	D
6	A	B	C	D	26	A	B	C	D	46	A	B	C	D	66	A	B	C	D
7	A	B	C	D	27	A	B	C	D	47	A	B	C	D	67	A	B	C	D
8	A	B	C	D	28	A	B	C	D	48	A	B	C	D	68	A	B	C	D
9	A	B	C	D	29	A	B	C	D	49	A	B	C	D	69	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D	50	A	B	C	D	70	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D	51	A	B	C	D	71	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D	52	A	B	C	D	72	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D	53	A	B	C	D	73	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D	54	A	B	C	D	74	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D	55	A	B	C	D	75	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D	56	A	B	C	D	76	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D	57	A	B	C	D	77	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D	58	A	B	C	D	78	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D	59	A	B	C	D	79	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D	60	A	B	C	D	80	A	B	C	D

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB****Questão 1**

Priscilha está muito interessada em receber os honorários advocatícios na ação em que representa Rodrigo perante a Loja de roupas "Estilo Certo" Ltda. No entanto, por ser recém-formada, possui diversas dúvidas acerca de seus direitos frente à cobrança dos honorários, o que a faz consultar a correspondente Seccional da OAB para fins de esclarecimentos. Desta forma, acerca do tema, a advogada teve ter ciência de que:

- A) na hipótese da adoção de cláusula *quota litis*, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos de honorários da sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas em favor do constituinte ou do cliente.
- B) o crédito por honorários advocatícios, seja do advogado autônomo, seja de sociedade de advogados, autoriza, em qualquer hipótese, o saque de duplicatas ou qualquer outro título de crédito de natureza mercantil, inclusive a emissão de fatura e tiragem de protesto.
- C) na hipótese de advogado substabelecido com reserva de iguais poderes poderá cobrar honorários sem intervenção daquele que lhe substabeleceu.
- D) a execução dos honorários não poderá ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado o advogado, mesmo que assim lhe convier.

**Questão 2**

O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil prevê diversas hipóteses de incompatibilidades com o exercício da advocacia, e dentro estas não se enquadra o cargo de:

- A) Membro da Mesa do Poder Legislativo.
- B) Militar de qualquer natureza, na ativa.
- C) Procurador do Município contra a fazenda que o remunera.
- D) Oficial de Registro de Imóveis.

**Questão 3**

Juninho possui grandes ambições quanto ao exercício da advocacia e, por tal razão, o consulta como advogado para ter ciência acerca das peculiaridades necessárias quanto à abertura de uma sociedade de advogados. Tendo ciência de que Juninho já obteve diversas orientações equivocadas acerca do tema, assinale a assertiva, a qual não condiz com os regramentos contidos no Estatuto e Regulamento Geral da OAB:

- A) Não são admitidas a registro, nem podem funcionar, as sociedades de advogados que apresentem forma ou características mercantis, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia,

que incluam sócio não inscrito como advogado ou totalmente proibido de advogar.

- B) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- C) A razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o de sócio falecido, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo.
- D) O registro da sociedade de advogados dar-se-á nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.

**Questão 4**

A atividade de advocacia e aos direitos do advogado são envoltos por diversos pormenores de conhecimento obrigatório por qualquer advogado. Neste sentido, o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil estabelece que

- A) é permitida a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade civil ou comercial.
- B) não há hierarquia entre advogados e magistrados, mas, durante as audiências, o advogado está subordinado ao magistrado que a preside.
- C) o advogado não pode, sem procuração, comunicar-se pessoal e reservadamente com o seu cliente que estiver preso, detido ou recolhido em estabelecimento civil ou militar e for considerado incomunicável.
- D) o advogado pode retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 dias.

**Questão 5**

O advogado Sorumbático exerce suas atividades em um escritório no Estado de Minas Gerais, território em que ele estabeleceu o seu domicílio profissional. Dr. Sorumbático, no entanto, também patrocinará seis causas no Estado do Espírito Santo dentro de um ano. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) A inscrição principal de Sorumbático deve ser realizada no Conselho Seccional de Minas Gerais. Além da principal, Sorumbático deverá promover a inscrição suplementar no Conselho Seccional do Espírito Santo, já que esta é exigida diante de intervenção judicial que exceda cinco causas por ano.
- B) O Estatuto da Advocacia e da OAB não impõe que Sorumbático requeira inscrição suplementar, neste caso.
- C) De acordo com o Estatuto, a inscrição suplementar no Conselho Seccional do Espírito Santo será facultativa.
- D) Com a inscrição no Conselho Seccional de Minas Gerais, Sorumbático poderá patrocinar até 7 causas em outros estados.

**Questão 6**

Caxias Nerd da Silva concluiu com louvor seu curso de Direito em dezembro de 2018, na renomada e conhecidíssima Universidade Federal de Cafundó do Judas.

Nerd da Silva com extremo regozijo recebeu a notícia no dia 13/02/2019 de que havia sido aprovado na segunda fase do Exame de Ordem. Diante disso, ligou imediatamente para a Reitoria da Universidade para questionar sobre a entrega de seu Diploma de Graduação. De acordo com a Secretária que o atendeu, o referido Diploma somente seria entregue no mês de agosto de 2019. A respeito da inscrição no quadro de advogados, consoante as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) Sem apresentar o diploma não é possível realizar a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados.
- B) Se Caxias Nerd da Silva tiver uma declaração do Reitor da Universidade, é possível realizar a inscrição, mesmo sem apresentar o diploma e o histórico escolar.
- C) No caso de recém-formados, como é o caso de Caxias Nerd da Silva, é possível fazer a inscrição somente com o certificado de conclusão de curso. O diploma juntamente com o histórico escolar podem ser apresentados em até 12 meses após a conclusão do curso de Direito.
- D) Conforme dispõe o Regulamento Geral da OAB, na falta do Diploma de conclusão do curso, Nerd da Silva deve apresentar a certidão de graduação em direito e cópia autenticada do histórico escolar.

**Questão 7**

Na hipótese de novo pedido de inscrição - que não restaura o número de inscrição anterior - deve o interessado fazer prova de alguns requisitos. Assinale a alternativa que indica o requisito exigido pelo Estatuto para a inscrição nesse caso.

- A) capacidade civil; diploma ou certidão de graduação em direito; aprovação em Exame de Ordem; e não exercer atividade incompatível com a advocacia.
- B) capacidade civil; não exercer atividade incompatível com a advocacia; diploma de graduação; e prestar compromisso perante o conselho.
- C) idoneidade moral; título de eleitor; diploma de graduação; prestar compromisso perante o conselho.
- D) capacidade civil; não exercer atividade incompatível com a advocacia; idoneidade moral; prestar compromisso perante o conselho.

**Questão 8**

A advogada Nuprécia foi presa em flagrante por furto cometido no interior de uma loja de lingerie. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- A) Nuprécia tem direito a ter sua prisão comunicada expressamente à seccional da OAB.
- B) Nuprécia tem o direito à presença de representante da OAB, para lavratura do auto respectivo, sob pena de

nulidade.

- C) O auto de prisão em flagrante de Nuprécia é nulo, mesmo havendo a comunicação expressa à Seccional da OAB.
- D) Nuprécia só poderia ser presa em flagrante neste caso com a presença do representante da OAB e em caso de crime afiançável.

---

**FILOSOFIA DO DIREITO**

---

**Questão 9**

"A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento"  
Esta frase pode ser atribuída a:

- A) Immanuel Kant, que esboçou a justiça como circunstancial e contingencial.
- B) Aristóteles, que buscou desenvolver um conceito de justiça ligado a uma igualdade absoluta.
- C) John Rawls, para quem justiça é equidade, baseada na estrutura social, não em ações humanas individualmente consideradas.
- D) São Thomas de Aquino, para quem a justiça se faz pelo conjunto de decisões humanas, dos juízes, não de leis.

**Questão 10**

Avalie as assertivas sob o âmbito da diferenciação entre direito e moral. Assinale a INCORRETA.

- A) A moral é adotada pela livre vontade do homem, ainda que com pressão social, ao passo que o direito tem por característica a possibilidade de coerção heterônoma.
- B) Para os autores clássicos, tanto a moral como o direito possuem a justiça como essência.
- C) A sanção moral atual no plano psíquico, social ou espiritual, ao passo que a sanção jurídica atua no plano material ou de liberdade.
- D) A norma moral é apenas imperativa, enquanto a norma jurídica é imperativa-atributiva, pois não só impõe o comportamento como possibilita ao prejudicado exigir seu cumprimento ou a imposição de sanção.

---

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

---

**Questão 11**

Em 2015, Marcelo, cidadão brasileiro e servidor público da administração tributária federal, acabou sendo nomeado Adido Tributário em Washington. Durante o período em que esteve nos EUA, conheceu a linda americana Katy Perry, vindo a se casar em 2017. Dessa relação, nasceu o pequeno João. À luz da sistemática constitucional, é possível afirmar que o filho do casal:

- A) não poderá acumular a nacionalidade brasileira nata com eventual nacionalidade americana que lhe seja reconhecida.
- B) será brasileiro nato se os pais o tiverem registrado na repartição brasileira competente e venha a residir no

Brasil depois de atingida a maioridade.

C) será brasileiro nato se os pais o tiverem registrado no consulado brasileiro e caso opte, a qualquer tempo, por tal nacionalidade.

D) é brasileiro nato, independentemente de qualquer opção ou registro consular.

### Questão 12

Em 2019, o Tribunal de Justiça do Estado X acabou proferindo uma decisão que ganhou certa notoriedade nos meios de comunicação, em razão do valor bilionário envolvido. Tecnicamente, o Tribunal acabou confirmando uma sentença proferida pelo juiz de 1º grau em desfavor da empresa X. Após o exaurimento dos recursos cabíveis nas instâncias ordinárias, a equipe de advogados de empresa constatou que a decisão julgou válida uma lei local contestada em face de lei federal. De acordo com o que assevera a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que, preenchidos os demais requisitos processuais, a empresa poderá interpor:

A) recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.

B) recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.

C) reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal.

D) mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça.

### Questão 13

Visando as próximas eleições, Diego, atual Governador do Estado Beta, pretende se candidatar à reeleição para o cargo. Em igual sentido, o Prefeito Renan do Município Gama pretende se candidatar ao cargo de Governador do Estado Gama. Considerando que ambos estão em exercício no primeiro mandato, assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal/88.

A) Governador e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.

B) Governador e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, mas desde que renunciem aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito.

C) Governador somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito. Todavia, o Prefeito poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.

D) Governador poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.

### Questão 14

O professor Paulo, em aula inaugural do curso de Direito Constitucional na Universidade do Estado Alfa, explicou aos alunos que a Constituição Federal de 1988 traz um regramento próprio no tema ordem econômica. Esta,

seria fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos uma existência digna. Outrossim, o professor ainda explicou que seriam princípios da Ordem Econômica, exceto:

A) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

B) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

C) propriedade privada.

D) erradicação da pobreza.

### Questão 15

O Partido Político "Brasil para todos" ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal visando impugnar decreto autônomo expedido pelo Presidente da República que extinguiu 40 cargos públicos ocupados da Adm. Pública Federal. À luz da sistemática constitucional, assinale a alternativa incorreta:

A) Partido político é legitimado ativo para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade, desde que possua representação no Congresso Nacional, o que fica caracterizado com a existência de um Deputado ou Senador apenas.

B) O Presidente agiu corretamente, haja vista que a extinção de cargos públicos ocupados é atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo e o mesmo pode realizar por meio de Decreto Autônomo.

C) O Presidente da República não agiu corretamente, já que a extinção de cargos públicos ocupados deve ocorrer por meio de lei.

D) O decreto autônomo por se tratar de ato normativo primário e que extrai fundamento direto no texto da Constituição poderia no caso prático ser objeto de ADI, tendo em vista que o Presidente violou os limites de sua competência constitucional.

### Questão 16

A Assembleia Legislativa do Estado Beta editou no final novembro de 2018 quatro leis estaduais versando sobre temas afetos à educação, previdência social, trânsito e transporte, respectivamente. A assessoria jurídica informou que as matérias eram de grande importância para a região, tendo em vista os problemas ocorridos nos últimos anos diante da falta de norma federal sobre os temas, permitindo assim que o Estado pudesse atender as suas peculiaridades. De acordo com o caso prático em questão, assinale a alternativa correta:

A) A assembleia agiu corretamente, pois segundo a Constituição as matérias se inserem no âmbito da competência concorrente dos Estados.

B) Houve vícios na elaboração da Lei Estadual sobre o tema da educação, haja vista se tratar de competência privativa da União legislar sobre a matéria.

C) Embora a assembleia tenha atuado corretamente na elaboração das legislações em questão, a superveniência de lei federal sobre esses temas revoga a norma estadual por ser mais recente.

D) A assembleia legislativa agiu corretamente no tema da educação e previdência social, pois se trata de competência concorrente dos Estados. No entanto, legislar sobre trânsito e transporte é matéria de competência legislativa privativa da União.

### Questão 17

Mateus é aluno do 2º semestre do curso de direito da Universidade Federal do Estado Alfa. Após uma licença médica de 10 dias, retornou às aulas sendo surpreendido com a notícia de que o Reitor da Universidade teria sido condenado por ato de improbidade administrativa. Buscando obter mais informações sobre quais consequências poderiam ocorrer do ponto de vista jurídico, consultou o professor de Direito Constitucional Roserval Mitto. Prontamente, este explicou ao estudante que a Constituição assevera que os atos de improbidade administrativa importarão, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível:

A) na cassação dos direitos políticos, o ressarcimento ao erário, a perda da função pública e a proibição de contratar com o poder público;

B) a inelegibilidade, a pena privativa de liberdade, a multa e a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios;

C) a pena restritiva de direito, a perda da função pública, o ressarcimento ao erário e a multa administrativa;

D) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

## DIREITOS HUMANOS

### Questão 18

“Além da inegável importância histórica, e de representar documentalmente a construção do conceito de “comunidade internacional” (com todas as suas vantagens e problemas), a mim parece fundamental a ideia de que há fatos e situações intoleráveis e inaceitáveis, e que há, ao menos simbolicamente, um conjunto de governos, instituições, organizações, pessoas etc, dispostos a se manifestar nesse sentido. Estamos em situação de imensa vantagem em relação aos nossos antepassados, pois nessas primeiras décadas do século XXI temos um repertório incomparavelmente mais vasto de produção de pensamento sobre Direitos Humanos, e um amplo acervo de erros e acertos, e sobre como prosseguir para um mundo menos injusto” (Maíra Cardoso Zapater)

No que se refere à Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

A) Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nessa Declaração, não se podendo fazer nenhuma distinção fundada na condição

política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

B) Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. Esse direito pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.

C) Aquele que praticar um crime poderá ser culpado por uma ação que, no momento, não constituía delito perante o direito nacional ou internacional.

D) Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução técnico-profissional será obrigatória.

### Questão 19

Em 2005 o então Procurador-geral da República, Claudio Fonteles, promoveu o primeiro Incidente de Deslocamento de Competência para que o caso do assassinato de Dorothy Stang fosse julgado na esfera Federal. Quanto ao incidente de deslocamento de competência, assinale a alternativa incorreta.

A) O expediente processual poderá ser instaurado pelo Procurador-Geral da República.

B) Admite-se, excepcionalmente, a instauração do expediente por Juízes federais em decorrência de conflito positivo ou negativo de competência.

C) O expediente deve ser apresentado perante o Superior Tribunal de Justiça.

D) expediente processual tem por finalidade deslocar o julgamento de determinado processo da justiça especializada ou justiça estadual para a justiça federal.

## DIREITO INTERNACIONAL

### Questão 20

Segundo a Convenção de Viena de 1969, tratados são acordos internacionais celebrados por escrito entre Estados.

Sobre o direito dos tratados, assinale a alternativa correta:

A) No Brasil, a ratificação é ato internacional que compete ao Congresso Nacional, mediante aprovação de decreto legislativo.

B) A denúncia é um ato unilateral por meio do qual o Estado manifesta sua vontade em desvincular-se do texto de um tratado.

C) A assinatura é a expressão provisória do consentimento do Estado em se vincular ao texto de um tratado. Depende, em razão disso, de prévia aprovação pelo Congresso Nacional.

D) Os tratados internacionais são hierarquicamente superiores aos costumes.

### Questão 21

Heinz Stolper, alemão, tem um imóvel situado no Brasil

alugado para Karina Love, que está inadimplente há mais de 3 (três) meses.

Inconformado com a falta de pagamento, Heinz Stolper ingressa com ação judicial de despejo junto à Justiça alemã, que profere sentença determinando a desocupação do imóvel por Karina.

Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

A) A execução da sentença estrangeira caberá ao juiz federal de 1ª instância, após homologação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

B) Karina Love não estará obrigada a cumprir a sentença proferida pela Justiça alemã, mesmo após sua homologação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

C) A sentença proferida pela Justiça alemã não poderá ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

D) A sentença proferida pela Justiça alemã não precisa ser homologada pelo STJ, em razão de acordo bilateral de cooperação judiciária celebrado entre o Brasil e a Alemanha.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 22

Um dos estabelecimentos empresariais da pessoa jurídica Alfa foi adquirido pela pessoa jurídica Beta, que continuou a explorar a mesma atividade. A alienante continuou a exercer atividade empresarial, porém, em outro ramo de negócio, em outro de seus estabelecimentos. Com base na hipótese apresentada, e considerando que o estabelecimento alienado possuía débitos de ICMS, assinale a afirmativa correta.

A) A responsabilidade pelo ICMS devido até a data da alienação é integralmente da alienante, sem qualquer responsabilidade da adquirente.

B) A adquirente é integralmente responsável pelo ICMS devido até a data da alienação do estabelecimento, sem qualquer responsabilidade da alienante.

C) A adquirente e a alienante são responsáveis solidárias pelo pagamento do ICMS devido até a data da alienação do estabelecimento.

D) A responsabilidade da adquirente pelo ICMS devido até a data da alienação é subsidiária em relação à alienante, já que essa, a alienante, continuou a explorar atividade empresarial em outro ramo de negócio.

### Questão 23

Astolfo foi notificado, em 05/03/2012, acerca do lançamento do IPTU do exercício de 2006, relativo a imóvel de sua propriedade. Como não realizou o pagamento, o débito foi inscrito em dívida ativa. Proposta a Execução Fiscal em 10/11/2017 para a cobrança desse débito, ele recebeu a citação em 24/04/2018, após despacho do Juiz, proferido em 20/03/2018, ordenando a citação. Com base na hipótese apresentada, assinale a opção que indica o argumento apto a afastar a exigência do imposto.

A) O crédito tributário está extinto pela prescrição.

B) O crédito tributário está extinto pela decadência.

C) O crédito tributário está extinto pela decadência e pela prescrição.

D) O crédito tributário está extinto pela remissão.

### Questão 24

A pessoa jurídica Ômega deixou de declarar e recolher o ISS relativo a serviços prestados nos exercícios de 2016 e 2017. Logo após receber notificação fiscal para a apresentação de documentos relativos a esses fatos geradores, realizou a autodeclaração e pagou os débitos com juros e correção monetária. Ato seguinte foi autuada pela Fazenda Pública credora pela falta de recolhimento desse imposto na data do vencimento legal. Assinale a afirmativa correta sobre essa autuação:

A) A autuação está correta, pois a contribuinte só realizou a autodeclaração e pagou os débitos após a recebimento da notificação fiscal.

B) A autuação está incorreta, pois a autodeclaração e pagamento dos débitos exclui a incidência da multa.

C) A autuação está correta, porém, o pagamento realizado pela contribuinte está incorreto, pois não são devidos juros os juros moratórios.

D) A autuação está incorreta, pois o pagamento dos juros moratórios afasta a incidência da multa.

### Questão 25

Imóvel localizado na área urbana do Município, dotado de rede de abastecimento de água e sistema de esgotos sanitários mantidos pelo Poder Público, e que é comprovadamente utilizado por seu proprietário para o exercício exclusivo de atividades agrícola e pecuária fica legalmente sujeito:

A) exclusivamente ao IPTU, sendo irrelevante a destinação dada ao imóvel por seu proprietário.

B) ao IPTU e ao ITR, que serão devidos cumulativamente, já que se referem a dois fatos geradores distintos: o IPTU será devido em razão de o imóvel estar localizado na área urbana; e o ITR será devido pelo uso do imóvel em atividades agrícola e pecuária.

C) exclusivamente ao ITR, pois o imóvel é utilizado em exploração agrícola e pecuária.

D) embora sejam devidos, os dois tributos não poderão ser cobrados cumulativamente, pois ambos incidem sobre o mesmo bem, devendo ser aplicado o princípio da não cumulatividade: o contribuinte terá o direito de descontar do valor do IPTU devido o montante que for eventualmente pago a título de ITR.

### Questão 26

O contribuinte Gama Ltda. apresentou, tempestivamente, pedido administrativo de repetição de indébito tributário. O pedido foi denegado pela Fazenda Pública. Qual o prazo e o respectivo marco inicial para a contribuinte promover a ação anulatória da decisão administrativa denegatória da restituição?

- A) 2 (dois) anos contados da sua notificação acerca da decisão administrativa denegatória.
- B) 5 (cinco) anos contados da sua notificação acerca da decisão administrativa denegatória.
- C) 2 (um) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte ao da sua notificação acerca da decisão administrativa denegatória.
- D) 2 (um) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte ao da sua notificação acerca da decisão administrativa denegatória.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 27

Guillermo, chileno, veio morar no Brasil juntamente com seus pais, também nascidos no Chile. Aos dezoito anos, foi aprovado no vestibular e matriculou-se no curso de Direito. Faltando um semestre para concluir a faculdade, decidiu inscrever-se em um concurso público promovido por uma Universidade Federal brasileira, para provimento do cargo efetivo de professor em Direito Administrativo. Um mês depois da colação de grau, foi publicado o resultado: Guillermo tinha sido o primeiro colocado. Guillermo soube que seria nomeado em dezembro de 2018, previsão essa que se confirmou. Como tinha uma viagem marcada para o Chile, outorgou procuração específica para seu irmão, Benjamin, para que este assinasse o termo de posse. Ocorre que, orientado pela assessoria jurídica da Universidade, o Reitor decide negar a posse de Guillermo sob o fundamento de não ser possível a investidura de estrangeiro em cargo público e pela impossibilidade de o provimento ocorrer por meio de procuração específica. Com base nestas informações, a negação do Reitor está:

- A) Correta, visto que a legislação vigente no ordenamento jurídico brasileiro, não permite a posse de estrangeiro em concurso público nem o investimento através de procuração específica, apenas pessoalmente.
- B) Correta, visto que a legislação vigente apesar de permitir a posse de estrangeiro em Universidades, não permite que seja feita através de procuração específica, apenas pessoalmente.
- C) Incorreta, visto que o estrangeiro poderá tomar posse no cargo de professor em universidade federal, não existindo impedimento legal para tanto, assim como também, poderá tomar posse através de procuração específica.
- D) Incorreta, visto que o estrangeiro poderá tomar posse desde que comprove sua residência ininterrupta por mais de 6 (seis) anos, e a procuração poderá ser utilizada, desde que comprove motivos suficientes como impossibilidade de locomoção ou doença grave.

### Questão 28

A sociedade empresária Gama S/A, após tomar conhecimento de que foram instaurados processos administrativos com base em notícia afirmando que cinco sociedades de grupos econômicos diferente, dentre as

quais, Gama S/A e Delta S/A, atuavam em conluio, com o objetivo de fraudar licitações promovidas por determinado ente federativo, decide celebrar acordo de leniência para mitigar as possíveis penalidades administrativas.

O acordo resultou na confirmação dos nomes das outras cinco sociedades, dentre as quais estava a sociedade Delta S/A. Esta última sociedade, se interessou em celebrar um acordo de leniência, apresentando novos documentos que corroborariam a participação no conluio fraudulento.

Com base nestas informações, responda a alternativa correta:

- A) A sociedade empresária Delta S/A, poderá se beneficiar do acordo de leniência, apenas após a juntada dos documentos que ratificam os ilícitos cometidos.
- B) A sociedade empresária Delta S/A, poderá se beneficiar do acordo de leniência, visto que fora confirmada o nome desta no primeiro acordo de leniência firmado pela Sociedade empresária Gama S/A, sem necessidade de apresentar novos documentos.
- C) A sociedade empresária Delta S/A, não poderá celebrar acordo de leniência, visto que deveria ter trazido ao processo uma confissão feita através de escritura pública, além dos documentos que ratifiquem sua participação no conluio fraudulento.
- D) A sociedade empresária Delta S/A não poderá celebrar acordo de leniência, visto que não foi a primeira a se manifestar sobre o seu interesse em cooperar para apurar o ilícito cometido, não preenchendo por tanto os requisitos legais.

### Questão 29

Uma biblioteca que pertencia ao município de "bem longe", desabou em razão da falta de manutenção. Após, o Município determinou a retirada de todos os livros e objetos que ali se encontravam que foram transferidos para uma nova biblioteca mais moderna. O terreno, duas semanas depois do desabamento, foi alienado pelo prefeito do município, através do procedimento de licitação na modalidade concorrência. Nesse caso, responda a alternativa correta:

- A) Em decorrência do bem deixar de ter uma finalidade pública, poderá ser alienado sem avaliação prévia e na modalidade de licitação "convite".
- B) O prefeito poderá alienar o bem, visto que está desafetado, devendo respeitar os procedimentos legais.
- C) Caso nas duas semanas após o desabamento o bem fosse ocupado por moradores de rua, estes poderão pleitear a usucapião em detrimento do bem não possuir finalidade pública.
- D) Poderá o bem ser alienado através de leilão, respeitado o direito de preferência àqueles que eventualmente viessem a ocupar o bem.

### Questão 30

Emily, atrasada para atender um cliente na sua clínica de psicologia, decide ir caminhando para o trabalho, visto

que o seu carro estava na concessionária e a sua clínica não se encontrava tão distante. Ocorre que, enquanto caminhava, deparou-se com uma obra sendo feita pelo município de “ainda mais longe”, no meio da calçada de pedestres.

Emily, distraída, acaba caindo em um buraco sem sinalização, quebrando as duas pernas. As pessoas que se encontravam perto, ligaram para o corpo de bombeiros que demorou mais de 30 (trinta) minutos para atender ao chamado. Com base nas informações elencadas e sobre a Responsabilidade civil do Município, responda a alternativa correta:

- A) O município não tem o dever de indenizar Emily, por se tratar a hipótese de culpa exclusiva da vítima, visto que não tomou o devido cuidado ao se deparar com a obra.
- B) Cabe indenização, com a atenuante de culpa concorrente, visto que o município não sinalizou corretamente e a vítima concorreu por estar distraída, não tomando o devido cuidado ao caminhar pela via pública.
- C) Enseja responsabilidade civil do estado, de maneira subjetiva, baseada na teoria francesa “faute du service”.
- D) Cabe indenização com base na responsabilidade civil objetiva, visto que no ordenamento jurídico brasileiro prevalece a teoria do risco administrativo para todos as hipóteses.

### Questão 31

Em decorrência de fortes chuvas que caíram no município Beta, muitas das famílias que habitavam áreas de risco foram retiradas de suas residências e levadas para abrigos públicos. Para promover a assistência mínima exigível de subsistência dos desamparados, o prefeito decide expedir um decreto no qual reconheceu a calamidade pública e efetivou contratação com dispensa de licitação de um restaurante conhecido da cidade para ajudar na alimentação das vítimas.

Passados 120 dias da efetiva contratação, as condições melhoraram e as famílias voltaram para suas respectivas moradias, não havendo necessidade de ajuda estatal neste sentido.

Acontece que, o Município manteve o contrato com o restaurante.

Diante desta situação, na qualidade de advogado consultado, responda com a alternativa correta:

- A) O contrato não poderia ter sido feito com dispensa de licitação por estar totalmente proibido no ordenamento jurídico brasileiro.
- B) O contrato deveria ter sido feito através de inexigibilidade de licitação, por não ser possível contratar outro serviço no caso concreto.
- C) A manutenção do contrato com o restaurante torna-se ilícita quando as causas emergenciais cessaram e as famílias retornaram às suas respectivas casas.
- D) A manutenção do contrato é lícita, visto que, nesses casos deverá ser contratado pelo tempo mínimo de 12 (doze) meses.

### Questão 32

Para diminuir o tráfego de veículos em uma rua movimentada com vários acidentes de trânsito recentes, o poder público decide realizar um novo traçado para alterar alguns trechos e melhorar o fluxo nessa região.

Para tal, é necessário desapropriar algumas residências que se encontram no novo trecho, dentre as quais, se encontra a casa de Marta, residente no imóvel há mais de 60 anos.

Em decorrência do grande fluxo de veículos e o alto índice de acidentes, o decreto expropriatório reconheceu a utilidade pública da residência de Marta, declarando a urgência da desapropriação. O poder público também depositou a quantia arbitrada e, assim, requereu a imissão provisória na posse. Ao fim do processo de desapropriação, o valor do bem fixado na sentença corresponde ao dobro daquele ofertado em juízo para fins de imissão provisória na posse.

Diante desta situação fática, responda a alternativa correta:

- A) O estado não poderia ter desapropriado o respectivo imóvel, em decorrência da Senhora Marta residir na propriedade há mais de 50 (cinquenta) anos, tempo suficiente para garantir a inamovibilidade desta, que deve, portanto, requerer em ação própria, a restituição da posse.
- B) A contestação da Senhora Marta em juízo deverá ser feita apenas em relação a algum vício do processo judicial ou sobre impugnação do preço, conforme mandamento legal.
- C) Mesmo com o imóvel na posse do poder público, poderá ser protocolada ação de reivindicação da posse por parte da antiga proprietária no intuito de recuperar o imóvel desapropriado.
- D) A senhora Marta poderá requerer, na sua defesa no processo de desapropriação, indenização por dano moral por residir em sua casa há mais de 50 (cinquenta) anos.

## DIREITO AMBIENTAL

### Questão 33

A principal exploradora de petróleo no Brasil causa um grande dano ambiental na Baía de Guanabara, em decorrência de um vazamento de seus dutos.

Acerca de responsabilidade ambiental e com base nas disposições constitucionais, na Lei 9.605/98 e considerando a jurisprudência do STJ e do STF, marque a opção correta:

- A) O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação.
- B) A responsabilidade penal da pessoa jurídica é admitida no ordenamento jurídico em vigor, sendo pacífico, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e no STF, que a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos

ambientais não dispensa a imputação concomitante da pessoa física que age em seu nome ou em seu benefício. Em outras palavras, a teoria da dupla imputação prevalece, atualmente, no Superior Tribunal de Justiça e no STF.

C) O Superior Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não admitem a responsabilização criminal da pessoa jurídica por crimes ambientais.

D) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. No entanto, responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

### Questão 34

A União pretende criar uma Estação Ecológica. Para isso, levantam-se questionamentos sobre a necessidade de se realizar estudos técnicos e consulta pública. Neste caso, com base nas disposições da Lei 9.985/00 (SNUC), marque a opção correta:

A) A criação poderá ocorrer por Decreto do Presidente da República e não haverá necessidade de consulta pública.

B) A criação deverá ocorrer necessariamente por Lei e não haverá necessidade de consulta pública.

C) A criação poderá ocorrer por Decreto e deverá ser realizada a consulta pública, além de estudos técnicos.

D) A criação poderá ocorrer por lei ou por decreto e haverá necessidade de consulta pública, uma vez que esta é exigida para a criação de todas as categorias de

## DIREITO CIVIL

### Questão 35

Pedro, juiz na 13ª Vara Federal de Brasília, passa a semana onde trabalha e todos os fins de semana viaja para Goiânia, onde possui casa. Sobre o domicílio de Pedro é correto afirmar que:

A) Como Pedro tem mais de uma residência voluntária, onde vive alternadamente, Brasília e Goiânia podem ser consideradas seu domicílio.

B) Pedro não tem residência habitual, portanto, seu domicílio será o lugar onde for encontrado, Brasília ou Goiânia.

C) Caso Pedro fosse preso, seu domicílio seria o local onde cometeu o crime.

D) Pedro tem domicílio necessário em Brasília, já que exerce nessa cidade a judicatura.

### Questão 36

Márcio, trabalhador rural, analfabeto, sempre morou no interior, sem muito contato com a tecnologia. Passando por dificuldades financeiras, dadas as subseqüentes safras ruins, Márcio decidiu morar na cidade. Em busca de emprego, foi orientado a buscar vagas na internet.

Sem entender do assunto, Márcio foi até uma loja de eletrônicos, explicando o que queria ao vendedor. Ao observar que o lavrador nada entendia sobre tecnologia, o vendedor lhe vendeu um celular bem superior ao que Márcio necessitava, além de aumentar o preço do aparelho significativamente. Sobre o caso, trata-se de negócio viciado por

A) Lesão, que ocorre quando uma pessoa se obriga a uma prestação manifestamente desproporcional, por extrema necessidade ou inexperiência.

B) Estado de perigo, hipótese em que a pessoa, por necessidade ou inexperiência, se obriga a uma prestação manifestamente desproporcional.

C) Dolo, sendo o negócio jurídico nulo, pois Márcio incorreu em erro induzido pelo vendedor.

D) Erro, pois Márcio teve uma percepção errônea sobre as circunstâncias do negócio, sendo anulável o negócio jurídico.

### Questão 37

Jeferson e Claudio possuem duas fazendas vizinhas. Para Claudio, tornou-se muito mais cômodo passar pela fazenda de Jeferson, pois, caso contrário teria que passar por dentro dos pastos onde havia criação de gado. Assim, por meio por meio de contrato, com declaração expressa de vontade, registraram o ato no local competente. Com base no caso, assinale a afirmativa correta.

A) Trata-se de passagem forçada, que se dá por meio de declaração da vontade, através do direito de vizinhança.

B) Trata-se de usufruto, onde ocorre a transmissão da posse da coisa para o titular do direito real sobre coisa alheia.

C) Trata-se hipótese de servidão, direito real, constituído por declaração de vontade ou por usucapião.

D) Trata-se do direito de construir, pelo qual a lei concede o direito da pessoa construir em imóvel alheio, em caso de necessidade.

### Questão 38

Rafael e Sara, irmãos, maiores e capazes, perderam os pais recentemente, herdando um imóvel no qual residem. Por passarem por dificuldades financeiras, resolveram hipotecar o seu único imóvel, para quitar as dívidas. Diante do caso, assinale a alternativa correta.

A) Ao pagarem 30% da dívida, a hipoteca será reduzida proporcionalmente também em 30%, porque não pode subsistir uma garantia em valor superior ao da dívida.

B) Por se tratar de bem pertencente a mais de um proprietário, o imóvel não pode ser dado em garantia em sua totalidade. Assim, Rafael e Sara só podem hipotecar suas respectivas cotas.

C) Trata-se de bem de família, porquanto é nula a hipoteca firmada pelos irmãos, uma vez que bens inalienáveis não podem ser dados em garantia real, sob pena de fraude.

D) Desapropriado o imóvel, a dívida se considera vencida, devendo ser depositado o valor ao credor. Se insuficiente,

os irmãos continuam obrigados pelo restante, mesmo que a garantia seja real.

### Questão 39

Vânia e Samuel são casados pelo regime de comunhão parcial de bens, desde março de 2005. Vânia possui os seguintes bens: um apartamento no Rio de Janeiro, que recebeu após a morte de seu avô em junho de 2008; uma casa em Belo Horizonte que adquiriu em 2012, de uma permuta por uma casa que possuía em São Paulo, quitada em agosto de 2000; e um carro, doado por Samuel em fevereiro de 2015. Em abril de 2017, Samuel foi processado e condenado a pagar danos morais por uma conduta racista cometida contra Damásio, em 2016. Por não achar bens em nome de Samuel, Damásio então requereu a penhora da parte do carro, parte da casa em Belo Horizonte e parte do apartamento no Rio de Janeiro, todos registrados em nome de Vânia. Sobre a questão, é correto afirmar que:

- A) A penhora deverá ser indeferida em relação à casa em Belo Horizonte e ao apartamento no Rio de Janeiro, pois são bens exclusivos de Vânia, mas pode permanecer em relação ao carro.
- B) A penhora poderá recair sobre quaisquer dos bens de Vânia, tendo em vista serem casados ela e Samuel pelo regime de comunhão parcial de bens e todos os bens terem sido adquiridos na constância do casamento.
- C) A penhora poderá recair sobre a casa em Belo Horizonte e sobre o carro, bens comuns adquiridos na constância do casamento, mas não pode recair sobre o apartamento do Rio de Janeiro, pois o bem recebido em doação exclui-se da comunhão.
- D) A penhora não poderá recair sobre nenhum dos bens registrados em nome de Vânia, já que nenhum deles pode ser considerado bem comum do casal, a despeito de sua aquisição ter se dado depois da união.

### Questão 40

Elizabeth e Flávio foram casados durante 25 anos. Dessa relação nasceram Pedro e Mariana, solteiros, maiores, e com ótimas condições financeiras. Ao ingressar com a ação de divórcio, Elizabeth, dentre outros pedidos, requereu a prestação de alimentos por parte de Flávio, alegando que não teria condições de arcar com sua própria subsistência, visto que nunca trabalhou e não possui formação alguma. Diante do caso, assinale a afirmativa correta.

- A) Com a morte de Flávio, extingue-se a obrigação de prestar alimentos a Elizabeth, que deverá subsistir por meios próprios.
- B) Caso Flávio contraia novo matrimônio, extingue-se a obrigação de prestar alimentos ao cônjuge divorciado, mediante prova de que sua capacidade foi reduzida.
- C) Se Elizabeth não requerer alimentos por ocasião do divórcio, ficará impedida de, posteriormente, pleitear o seu recebimento de Flávio.
- D) Com o casamento, união estável, concubinato ou qualquer outro relacionamento afetivo de Elizabeth, cessa

o dever de Flávio de prestar alimentos.

### Questão 41

Diego e Raul, amigos, através de contrato escrito, locaram imóvel residencial urbano pertencente a Margarida, pelo prazo de 12 meses. Quanto à situação, é correto afirmar que:

- A) Diego e Raul não são devedores solidários, tendo em vista que solidariedade não se presume, decorre de lei ou vontade das partes.
- B) Por ter o contrato duração inferior a trinta meses, ultrapassado o prazo locatício sem manifestação das partes, Margarida só poderá reaver o imóvel ao se valer de denúncia cheia ou se a vigência da locação ultrapassar, ininterruptamente cinco anos.
- C) Caso a locação tivesse sido estabelecida pelo prazo igual ou superior a trinta meses, findo esse período, a locação seria imediatamente prorrogada, por prazo indeterminado.
- D) No contrato de locação firmado entre Margarida, Diego e Raul, por vontade das partes, poderá haver a previsão de cláusula que proíba a prorrogação do contrato de maneira automática.

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### Questão 42

Larissa, criança de 5 anos, está em instituição de acolhimento desde que sua mãe perdeu a guarda por uso de entorpecentes. Após os trâmites legais, Larissa foi posta para adoção.

Sobre o direito à convivência familiar e comunitária expressamente garantido e promovido no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

- A) A família natural compreende aquela formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculo de afinidade e afetividade.
- B) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela e curatela, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- C) O tutor testamentário somente será admitido se comprovado que a medida é vantajosa à família, e que não existe outra pessoa em melhores condições para assumi-lo.
- D) O estágio de convivência para a adoção poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a guarda legal do adotante durante tempo suficiente para análise da

### Questão 43

Gilberto, 17 anos de idade, deseja cursar Engenharia Mecatrônica na Alemanha. Tendo em vista que já concluiu o ensino regular no Brasil, inscreve-se para a prova de admissão na Unidade de Berlim. Para tanto, necessitará viajar ao país entre os dias 12 e 18 de dezembro. Dadas as ocupações profissionais da genitora, apenas o

seu pai o acompanhará.

À luz da disciplina expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) Gilberto necessitará de autorização judicial por se tratar de viagem para o exterior.
- B) Como está acompanhado de um responsável, não será necessária qualquer autorização.
- C) Para poder viajar para o exterior apenas com o genitor, Gilberto precisará de autorização expressa da genitora, com firma reconhecida em cartório.
- D) Gilberto, por ser relativamente incapaz, não precisa de qualquer autorização, nem sequer necessitaria estar acompanhado, para realização da viagem internacional.

### DIREITO DO CONSUMIDOR

#### Questão 44

Malena contratou serviço de hotelaria e hospedagem de uma famosa empresa do ramo. Nesse contrato havia a previsão de utilização gratuita de hospedagem nos hotéis da rede filiada à contratada.

Porém, mesmo após encerrada a vigência do contrato, nunca fora disponibilizada à consumidora qualquer dos hotéis da rede filiada informados no ato da contratação. Sentindo-se prejudicada, Malena aciona ação de obrigação de fazer. Sobre a referida ação e, conforme o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- A) por já ter se encerrado a vigência do contrato, não há possibilidade de aplicação do Código de Defesa do Consumidor em favor de Malena;
- B) a ação deverá ter por objeto apenas a obrigação de fazer, não sendo possível a conversão em perdas e danos;
- C) o juiz poderá converter em perdas e danos mesmo quando o autor não fizer tal requerimento e ainda for possível ser prestado o serviço;
- D) é possível a conversão em perdas e danos se assim Malena desejar.

#### Questão 45

Segundo o Código de Defesa do Consumidor, obsta a decadência:

- A) a declaração e elaboração de boletim de ocorrência realizado pelo consumidor em órgão competente.
- B) a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que pode ocorrer ainda que de forma ambígua.
- C) a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.
- D) a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços, não ficando suspensa pelo tempo em que o fornecedor não responder.

### DIREITO EMPRESARIAL

#### Questão 46

Além de advogado e engenheiro agrônomo, Paulo é proprietário de quatro grandes fazendas onde realiza, em nome próprio, exploração de culturas de soja e trigo, bem como criação intensiva de gado. A atividade em todas as fazendas é voltada para exportação, com emprego intenso de tecnologia e insumos de alto custo. Por fim, Paulo não está registrado na Junta Comercial.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- A) Paulo, por exercer empresa em caráter profissional, é considerado empresário independentemente de ter ou não registro na Junta Comercial.
- B) Paulo, mesmo que exerça uma empresa, não será considerado empresário pelo fato de não ter realizado seu registro na Junta Comercial.
- C) Paulo não pode ser registrado como empresário, porque, sendo engenheiro agrônomo, exerce profissão intelectual de natureza científica, com auxílio de colaboradores.
- D) Paulo é um empresário de fato, por não ter realizado seu registro na Junta Comercial antes do início de sua atividade, descumprindo obrigação legal.

#### Questão 47

Dutra, durante a realização de seu estágio em um escritório de advocacia, devidamente autorizado por seu chefe, atendeu a uma consulta formulada por um cliente. O cliente desejava esclarecimentos sobre o direito de voto e seu exercício nas companhias.

Dutra respondeu, corretamente, que

- A) na eleição dos membros do Conselho Fiscal, o voto poderá ser múltiplo.
- B) em caso de penhor da ação, somente o credor pignoratício exercerá o direito de voto.
- C) independente da espécie ou da classe de ação, o voto é um direito essencial de todo e qualquer acionista.
- D) a qualquer espécie ou classe de ação, é vedado atribuir voto plural.

#### Questão 48

Antônio emitiu uma nota promissória em favor de Ricardo. No momento da emissão, ele não inseriu a quantia nem o lugar de pagamento. Na data do vencimento, o subscritor foi procurado por um procurador do beneficiário, que lhe exibiu a cártula com endosso-mandato e exigiu o pagamento. Antônio verificou, então, que o título havia sido preenchido abusivamente, pois constava o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), quando o correto seria R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), e o lugar de pagamento era diverso de seu domicílio, em Itaboraí-RJ.

Procurado pelo devedor para analisar o caso e ciente de que o pagamento não foi realizado por ele, você, como advogado(a), responde que

A) é possível alegar em juízo, com êxito, a nulidade do título, em razão de o lugar de pagamento ser domicílio diverso do subscritor, caracterizando má-fé do portador atual.

B) não é possível ao subscritor se recusar validamente ao pagamento diante da autonomia das obrigações cambiárias e do endosso-mandato realizado na cártula.

C) é possível ao subscritor da nota promissória opor exceção pessoal ao beneficiário Jerônimo quanto ao conteúdo literal do título, diante do preenchimento abusivo.

D) não é possível a oposição de exceção ao pagamento, porque o subscritor da nota promissória é equiparado ao aceitante da letra de câmbio e, como tal, obriga-se a pagar na data do vencimento.

### Questão 49

Na condição de advogado, você participou da elaboração, apresentação e negociação do plano de recuperação extrajudicial de devedor sociedade empresária. Tendo sido o plano assinado por todos os credores por ele atingidos, seu cliente o contratou para requerer a homologação judicial.

Assinale a opção que indica o juízo em que deverá ser apresentado o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial.

A) O juízo da sede do devedor.

B) O juízo do principal estabelecimento do devedor.

C) O juízo da sede ou de qualquer filial do devedor.

D) O juízo do principal estabelecimento ou da sede do devedor.

### Questão 50

A sociedade empresarial Cerqueira Moda Masculina Ltda. é locatária de uma loja situada no shopping center Sousa Stores. Sobre o contrato de locação de uma unidade comercial em shopping center, assinale a afirmativa correta.

A) O locador poderá recusar a renovação do contrato com fundamento na necessidade de ele próprio utilizar o imóvel.

B) As despesas cobradas do locatário não precisam estar previstas em orçamento, desde que devidamente demonstradas.

C) O empreendedor poderá cobrar do locatário as despesas com obras de reformas que interessem à estrutura do shopping.

D) As condições livremente pactuadas no contrato respectivo prevalecerão nas relações entre os lojistas e o empreendedor.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### Questão 51

Aparecido, Juiz de Direito da Comarca Santarém-PA, recebeu uma petição inicial, cujo tio é advogado da parte autora. Não obstante, Aparecido admitiu a demanda e

determinou a citação para contestar, uma vez que se trata de pretensão sobre direito em relação ao qual não se admite composição. Nesse caso, você, advogado da parte ré:

A) apresenta petição requerendo a designação da audiência de conciliação e mediação, que é obrigatória no procedimento comum.

B) apresenta contestação no prazo de 15 dias úteis e, em preliminar, argui o impedimento do juízo.

C) apresenta contestação e, simultaneamente, objeção de incompetência, observando em ambos os casos o prazo de 15 dias.

D) interpõe agravo de instrumento perante o Tribunal em face da decisão que admite a ação em razão do impedimento.

### Questão 52

Em um processo de conhecimento, Carolina, parte ré no processo, adota postura defensiva e não colaborativa. Além de opor resistência injustificada, Carolina embargou inconsistentemente, por duas vezes, caracterizando manifesto propósito protelatório das partes, diante disso, Lucas, autor e parte lesada no caso, poderá requerer tutela provisória de

A) evidência.

B) urgência cautelar incidental.

C) urgência antecipada antecedente.

D) urgência cautelar antecedente.

### Questão 53

Os doze primeiros dispositivos do Código de Processo Civil tratam de normas-base com regras e princípios que regulam o processo — essas normas não apresentam um rol taxativo, uma vez que há regras e princípios base espalhados por todo o código. Com base no excerto acima, assinale a alternativa correta.

A) A garantia do contraditório impede que se profira decisão ou se conceda tutela provisória contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida (decisão surpresa).

B) A boa-fé no processo tem a função de estabelecer comportamentos probos e éticos aos diversos personagens do processo e restringir ou proibir a prática de atos atentatórios à dignidade da justiça.

C) O princípio da cooperação atinge somente as partes do processo que devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

D) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e econômicos e às exigências do bem público, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana.

### Questão 54

Igor é um trabalhador esforçado. Todos os dias acorda

por volta das 4 horas da manhã para tomar dois ônibus para trabalhar em uma empresa de abate de suínos. Por volta das 16 horas deixa a atividade profissional, volta para casa e segue para escola. Está no oitavo ano do ensino fundamental, em escola municipal da cidade de Ibema/PR. Em determinado dia, ao sair da aula, por volta das 22h30 é atropelado. O responsável pelo acidente fugiu do local. Praticamente toda a pequena poupança que possuía, acumulada em R\$ 12.589,00, foi utilizada para a recuperação médica. Duas semanas após, esfoçado como é, retorna às atividades, pois a remuneração equivalente a R\$ 980,00 é fundamental para o sustento da família e dos três filhos. No primeiro dia de aula após o retorno, o vendedor de cachorro-quente lhe entrega a placa do veículo responsável pelo atropelamento. Com isso, Igor contrata Paulo, excelente advogado civilista, para a tutela dos seus direitos. Após trâmite processual, Igor vence a ação de indenização por danos materiais e morais no importe de R\$ 43.159,00. Todos os pedidos foram deferidos e o juiz fixou honorários no importe de R\$ 246,89, muito aquém dos parâmetros legais fixados no Código de Processo Civil. Em face disso, Paulo decide recorrer. Nesse caso, recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário

- A) não estará sujeito a preparo, pois seu cliente é beneficiário da justiça gratuita.
- B) estará sujeito a preparo, dado o valor da condenação.
- C) estará sujeita a preparo, apenas se houver impugnação da parte recorrida.
- D) estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

#### Questão 55

Após o trâmite da ação de conhecimento, é preferida sentença de parcial procedência condenando o réu a indenizar a parte autora em R\$ 200.000,00. Intimado para pagar o débito, o réu faz o pagamento apenas de metade do valor em razão da difícil situação financeira. O credor, procura seu advogado, que orienta a promoção do cumprimento forçado da sentença em relação ao valor remanescente. Nesse caso o patrono informa, ainda, que o débito será acrescido de multa de:

- A) dez por cento e de honorários advocatícios de dez por cento sobre os R\$ 200.000,00 mil reais;
- B) dez por cento e de honorários advocatícios de dez por cento sobre o valor restante de R\$ 100.000,00;
- C) dez por cento sobre o valor restante de R\$ 100.000,00 mil reais e de dez por cento de honorários advocatícios sobre os R\$ 200.000,00;
- D) dez por cento sobre o valor restante de R\$ 100.000,00 e, em face da sucumbência recíproca, sem honorários advocatícios;

#### Questão 56

As partes, em contrato de compra e venda, convencionaram sobre os ônus e deveres processuais na

hipótese de demanda que possa ser ajuizada decorrente do contrato. Firmaram que, se houvesse necessidade de ação judicial para dirimir qualquer conflito em relação ao negócio jurídico, e tendo em vista a possibilidade legal de autocomposição, o autor não teria o ônus de provar a existência do contrato e que o réu não poderá apresentar contestação.

Diante dessas cláusulas:

- A) o juiz não poderá invalidar essas convenções, pois se trata de direito disponível às partes.
- B) estas convenções são nulas de pleno direito, pois convencionadas antes da existência do processo.
- C) o juiz controlará a validade das convenções de ofício, e deverá admiti-las por se tratarem de direitos de natureza processual disponível.
- D) o juiz controlará a validade destas convenções, recusando, de ofício, a cláusula que impossibilita o réu contestar.

#### Questão 57

João ajuizou ação contra Maria Cecília requerendo indenização por danos materiais e morais. Na sentença, o Juiz apreciou apenas o pedido de indenização por danos materiais, sem mencionar sobre os danos morais requeridos. De acordo com o Código de Processo Civil, trata-se de sentença

- A) omissa, mas que pode ser integrada, pelo próprio julgador, ao decidir embargos de declaração, os quais são opostos, perante o Juiz prolator da sentença, no prazo de cinco dias, interrompendo o prazo para interposição de outros recursos.
- B) omissa, mas que pode ser integrada, pelo próprio julgador, ao decidir embargos de declaração, os quais são opostos, perante o Juiz prolator da sentença, no prazo de três dias, suspendendo o prazo para interposição de outros recursos.
- C) citra petita, mas que pode ser integrada, pelo Tribunal, ao decidir embargos de declaração, os quais são opostos, na segunda instância, no prazo de cinco dias, interrompendo o prazo para interposição de outros recursos.
- D) citra petita, mas que pode ser integrada, pelo próprio julgador, ao decidir embargos de declaração, os quais são opostos, perante o Juiz prolator da sentença, no prazo de cinco dias, suspendendo o prazo para

### DIREITO PENAL

#### Questão 58

José é casado com Maria, e possuem um filho, de nome Pedro, de apenas 04 anos. Certo dia, José chama seu filho para brincar no parquinho do prédio em que a família reside. A esposa de José o alerta para que não utilize o balanço, pois tem medo de que o filho caia e se machuque. José, todavia, não dá ouvidos ao que Maria diz, pois acredita que é mais uma de suas rabugices. José, então, coloca seu filho no balanço e começa a brincadeira, empurrando a criança, dando início à farrá. José sabe que

é possível que a criança caia e se machuque, mas acredita que isso não irá acontecer, já que está acostumado com esta atividade. Porém, em dado momento, a criança se solta do balanço e cai no chão, sofrendo lesões corporais, que gerou debilidade permanente de membro.

Atento ao caso, responda:

- A) José deverá responder pelo crime de lesão corporal culposa.
- B) José deverá responder pelo crime de lesão corporal culposa grave.
- C) José deverá responder pelo crime de lesão corporal dolosa grave.
- D) José não deverá responder por crime algum, dada a imprevisibilidade do ocorrido.

### Questão 59

José e Pedro são amigos de longa data. Num belo dia, resolvem sair para assistir a um jogo de futebol, embora torçam para times rivais. Depois da bebedeira, já embriagados em razão do excesso na ingestão do álcool, começam a discutir por conta da partida. José, então, dá uma facada em Pedro, com *animus necandi*, ou seja, dolo de matar. Pedro sofre um grave ferimento no abdome e cai no chão sangrando muito. Acreditando que Pedro não resistirá aos ferimentos, José vai embora do local. Todavia, alguns minutos depois, José se arrepende do que fez e volta à cena do crime, encontrando Pedro ainda caído no chão. De imediato, José coloca Pedro no carro e o leva para o hospital. Lá, em razão da intervenção médica, Pedro sobrevive, sofrendo apenas lesões corporais.

Atento ao caso, responda:

- A) José deverá responder pelo crime de homicídio doloso tentado.
- B) José deverá responder pelo crime de lesão corporal, com a agravante da embriaguez.
- C) José deverá responder pelo crime de lesão corporal, sem a agravante da embriaguez.
- D) José não deverá responder por crime algum, dada sua inimputabilidade penal decorrente da embriaguez completa não voluntária.

### Questão 60

Victor, brasileiro, falsificou 200 cédulas de 100 dólares. Ao finalizar a falsificação, Victor se dirigiu até o aeroporto, onde embarcaria rumo à Miami, para passar férias. Todavia, ainda no aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, Victor foi abordado por Policiais Federais, que encontraram as notas falsas e deram voz de prisão a Victor. Após análise técnica, constatou-se que a falsificação era de boa qualidade.

Atento ao caso, responda:

- A) Victor responderá pelo crime de moeda falsa privilegiada, em sua forma consumada.
- B) Victor responderá pelo crime de moeda falsa, em sua forma tentada.
- C) Victor responderá pelo crime de moeda falsa, em sua

forma consumada.

D) Trata-se de fato atípico, dada a ausência de lesão a interesse nacional.

### Questão 61

Arthur, por ser muito feio, não conseguia ter sucesso com as mulheres. Certo dia, cansado do desprezo de Maria, sua colega de trabalho, Arthur, munido de uma faca, ameaça Maria, exigindo que esta pratique com ele sexo oral e sexo vaginal, ali mesmo no local de trabalho, caso contrário a mataria. Maria, dada a ameaça, realiza o ato sexual imposto por Arthur.

Atento ao caso, responda:

- A) Arthur responderá pelo crime de estupro e pelo crime de atentado violento ao pudor.
- B) Arthur responderá por um crime de estupro.
- C) Arthur responderá por dois crimes de estupro, em continuidade delitiva.
- D) Arthur responderá pelo crime de assédio sexual, pois Maria apenas foi constrangida, mas tinha a opção de não ceder.

### Questão 62

Jonas, funcionário público, foi condenado definitivamente pelo crime de peculato, previsto no art. 312 do CP. O magistrado fixou a pena em 03 anos de reclusão e 100 dias-multa, nada mencionando sobre a perda do cargo público. Preocupado, Jonas procura você, pois teme perder o cargo público como efeito da condenação. Atento ao caso, você deve esclarecer a Jonas que:

- A) a condenação pelo referido crime gera, como efeito automático, a perda do cargo público.
- B) a condenação pelo referido crime somente geraria, como efeito automático, a perda do cargo público, caso se tratasse de condenação a uma pena superior a 04 anos.
- C) a condenação pelo referido crime não poderia, em qualquer hipótese, gerar a perda do cargo público.
- D) a condenação pelo referido crime poderia gerar a perda do cargo público como efeito da condenação penal, mas isto dependeria de manifestação do Juiz na sentença, o que não aconteceu.

### Questão 63

Paula, 25 anos, foi condenada pela prática do crime de lesão corporal dolosa grave, praticado em face de Juliana, tendo o Juiz fixado uma pena de 03 anos de reclusão em desfavor de Paula, nada mencionando sobre eventual substituição da pena por restritivas de direitos nem suspensão condicional da pena.

Ainda no prazo recursal, Paula, com medo de ser recolhida à prisão, procura você para, na qualidade de advogado, esclarecer-lhe sobre a possibilidade de concessão destes benefícios na via recursal.

Você deverá esclarecer que:

- A) o benefício da suspensão condicional da pena seria

cabível, mas não a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos.

B) Tanto o benefício da suspensão condicional da pena quanto a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos são incabíveis.

C) o benefício da suspensão condicional da pena não seria cabível, mas seria cabível a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos

D) Os dois benefícios poderiam ser concedidos.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

---

#### Questão 64

Aponte a alternativa incorreta quanto ao inquérito policial:

A) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito

B) Se verificar, após a produção dos elementos informativos de prova na fase de investigação policial, que não fora praticado nenhum crime, compete à autoridade policial determinar o arquivamento do inquérito, decisão essa recorrível ao Chefe de Polícia.

C) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

D) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

#### Questão 65

Em relação ao princípio da ampla defesa, aponte a alternativa correta:

A) A autodefesa impede que o réu não compareça à audiência no rito do Tribunal do Júri.

B) O direito de audiência integra o princípio da ampla defesa.

C) Não existe defesa na fase de investigação preliminar.

D) O acusado só pode utilizar o direito ao silêncio na fase judicial.

#### Questão 66

Admite-se, no ordenamento jurídico nacional, o interrogatório por videoconferência, exceto para:

A) reduzir os gastos públicos com deslocamentos de presos e aparato de segurança pública.

B) viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal.

C) responder à gravíssima questão de ordem pública.

D) prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento.

#### Questão 67

João Carlos foi preso em flagrante presumido. Conduzido ao Distrito Policial, lavrou-se o auto de prisão em flagrante, assinado por duas testemunhas que não presenciaram os fatos, mas acompanharam a lavratura do auto de prisão. Apesar das 24 horas de envio do auto respeitadas, a audiência de custódia aconteceu 48 horas após a prisão. Diante dos fatos acima assinalados, responda:

A) a prisão em flagrante foi ilegal e deverá ser relaxada, já que o flagrante foi presumido.

B) o flagrante mostrou-se ilegal pois assinado por testemunhas que não presenciaram o fato criminoso.

C) o flagrante foi contaminado pela ilegalidade, já que a audiência de custódia aconteceu 48 horas após a prisão.

D) não existe ilegalidade descrita que possa acarretar no relaxamento da prisão em flagrante.

#### Questão 68

São hipóteses válidas de absolvição sumária no rito comum, exceto:

A) a existência manifesta de causa excludente de tipicidade do agente.

B) a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente.

C) a absolvição pela dúvida – *in dubio pro reo*

D) existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.

#### Questão 69

Frederico, réu primário, foi definitivamente condenado pelo crime de tráfico de drogas a uma pena de 15 anos em regime integral fechado. Após cumprir parte de sua pena, o traficante pede a progressão de regime, sendo esse pedido negado pelo juiz competente. Essa decisão:

A) deve ser atacada pelo agravo em execução.

B) é irrecurável, pois se trata de tráfico de drogas.

C) deve ser atacada por apelação, já a decisão foi de mérito.

D) contra a decisão que denega pedido de progressão de regime cabe recurso em sentido estrito – RESE.

### DIREITO DO TRABALHO

---

#### Questão 70

Roserval Mitto trabalha como empregado em área rural e reside em imóvel fornecido pelo empregador. Desempenha atividade no setor de pecuária, sendo que, dentre suas obrigações, por laborar em leiteria, se

encontra a ordenha de vacas, sendo seu serviço realizado em duas etapas diferentes do dia.

Sobre o trabalhador rural e as normas que tutelam a sua atividade, é INCORRETO afirmar:

- A) O desconto salarial pelo fornecimento de alimentação sadia e farta, atendidos os preços vigentes na região, terá por base o salário mínimo e o limite máximo de 25%, desde que previamente autorizado pelo empregado.
- B) Todo trabalho rural noturno será acrescido do adicional de 25% sobre a remuneração normal.
- C) Além dos requisitos gerais que devem estar presentes na relação de emprego, é considerado requisito essencial específico que o trabalho, como regra, seja desenvolvido para o empregador rural e explore atividade agroeconômica e em propriedade rural ou prédio rústico.
- D) A jornada noturna rural para trabalho na pecuária será a executada entre as 20 horas de um dia e às 04 horas do dia seguinte, considerada a hora noturna reduzida de 52 minutos e 30 segundos.

### Questão 71

A empresa de confecção "Super Star" estava enfrentando dificuldades financeiras. Por esta razão dispensou 8 (oito) de seus 20 (vinte) empregados, sem arcar com os direitos trabalhistas rescisórios dos mesmos. Três (03) dias após estas demissões, a empresa foi vendida a um grande grupo industrial, "Fino&Clássico", do ramo de tecidos. No ato da compra, o novo empregador demitiu mais 2 (dois) empregados do quadro antigo, manteve 10 (dez) e contratou outros 15 (quinze) novos empregados. O novo empregador manteve ainda o maquinário antigo, comprou novas máquinas e mudou a razão social da empresa.

Diante desta situação retratada, assinale a assertiva correta, acerca da responsabilidade trabalhista:

- A) Os créditos trabalhistas devidos aos 02 (dois) funcionários demitidos, no ato da compra da empresa, são de responsabilidade do antigo empregador, pois aquele que comprou a empresa não tem obrigação de manter os empregados antigos.
- B) Os créditos trabalhistas devidos aos primeiros 08 (oito) funcionários demitidos são de responsabilidade do antigo empregador, enquanto cabe à empresa sucessora somente os créditos trabalhistas dos outros 02 (dois) funcionários que ela própria demitiu.
- C) Os créditos trabalhistas devidos aos 08 (oito) funcionários demitidos antes da sucessão, bem como os devidos aos 02 (dois) funcionários demitidos no ato da compra da empresa serão de responsabilidade exclusiva do antigo empregador.
- D) Os créditos trabalhistas devidos aos 08 (oito) funcionários demitidos antes da sucessão, bem como os devidos aos 02 (dois) funcionários demitidos no ato da compra da empresa serão de responsabilidade da empresa sucessora.

### Questão 72

No ato da celebração de um Contrato Individual de

Trabalho, entre Zé do Alho e "Star Eventos" Ltda., foi pactuado um acordo individual escrito, prevendo a possibilidade de prorrogação e compensação da jornada de trabalho pelo sistema do banco de horas. Considerando as disposições contidas na Consolidação das Leis do Trabalho,

- A) o acordo não é válido, pois a compensação pelo sistema do banco de horas deve ser ajustada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- B) o acordo é desnecessário, pois a prorrogação e compensação da jornada independem da anuência do empregado.
- C) o acordo é válido, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
- D) o acordo é válido, mas a compensação por este sistema deve ser efetuada dentro do mesmo mês em que houve a prorrogação.

### Questão 73

Junior Dig Dig Joy foi contratado pela empresa "Vamos Pular" Ltda., por contrato de prazo determinado de dezoito meses, com termo prefixado, para execução de serviço de natureza transitória, com remuneração mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesse caso,

- A) Junior, após o término do contrato de dezoito meses, poderá ser novamente contratado por novo contrato a prazo determinado, com fundamento em atividade empresarial transitória, mesmo antes do prazo de seis meses, pois o término do primeiro contrato ocorreu por expiração do termo prefixado.
- B) se Junior desligar-se imotivadamente do contrato por prazo determinado, com ou sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, deverá indenizar o empregador do valor correspondente à remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
- C) se no contrato por prazo determinado houve cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, o empregador que resolver desligar o empregado deverá conceder aviso-prévio, observada a proporcionalidade com o tempo de serviço, mas se o desligamento partir do empregado, deverá indenizar o empregador dos prejuízos que resultarem deste fato, que não poderá exceder ao valor do aviso-prévio que teria direito.
- D) se o desligamento imotivado feito por Junior no contrato a termo e sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, após cinco meses de prestação de trabalho, resultou prejuízos para o empregador na ordem de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), deverá indenizá-lo no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

### Questão 74

Maria Joaquina é secretária na Empresa "Lenda da Paixão" Ltda. e percebe do seu empregador, além do salário, o benefício da moradia e plano de saúde. No entanto, a empregada observa que no seu pagamento mensal, o empregador não integra o valor referente a tais benesses para nenhum fim salarial. Diante desta situação, de acordo com a CLT, pode-se

afirmar que:

- A) Ambos os benefícios deveriam ser incorporados para fins salariais e reflexos.
- B) Apenas o benefício da moradia deveria integrar ao salário.
- C) Não há possibilidade de nenhum benefício ser incorporado ao salário de Maria Joaquina.
- D) Apenas o benefício do plano de saúde deveria ser integrado ao salário.

### Questão 75

Na Reclamação Trabalhista, promovida por Xuxa perante a Empresa "Só para Baixinhos" Ltda., foi constatada, na atividade exercido pela empregada, a presença de agente insalubridade, em alto grau, por meio de laudo pericial. Porém, a atividade pela qual foi constatada a insalubridade pelo respectivo laudo não está classificada como atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo antigo Ministério do Trabalho. Neste caso, de acordo com o entendimento Sumulado do TST,

- A) não haverá direito ao recebimento do adicional de insalubridade.
- B) será devido adicional de insalubridade no grau máximo, ou seja, 20% sobre o salário mínimo da região.
- C) será devido adicional de insalubridade no grau máximo, independente da atividade insalubre estar na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.
- D) a concessão do adicional de insalubridade ou não, ficará a cargo do magistrado.

## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

### Questão 76

Osmar do Céu, advogado, pretende ingressar com reclamação trabalhista em causa própria contra sua empregadora, Construtora MG Ltda., pleiteando horas extras e danos morais. No tocante aos honorários advocatícios,

- A) no caso de sucesso da demanda, serão devidos honorários de sucumbência a Osmar, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar a liquidação da sentença.
- B) mesmo que seja julgada totalmente procedente a demanda, não serão devidos honorários de sucumbência a Osmar, uma vez que está atuando em causa própria, já sendo beneficiário da condenação.
- C) somente no caso de procedência total da demanda, fará jus Osmar a honorários de sucumbência.
- D) no caso de sucesso da demanda, serão devidos honorários de sucumbência a Osmar, fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar a liquidação da sentença.

### Questão 77

Denis Corujão, dispensado sem justa causa, tem muitas horas a receber e resolve tentar negociá-las com o

empregador, pois não tem pretensão de ajuizar reclamação trabalhista em face do mesmo. Após algumas semanas de negociação Denis e o empregador chegam a um consenso, fazendo um acordo para pagamento das horas extras em cinco parcelas. Visando a segurança para ambos, resolvem utilizar-se do processo de jurisdição voluntária para homologação do acordo extrajudicial entabulado, sendo que

- A) a representação por advogado nesse caso é desnecessária, tendo em vista que a negociação do acordo foi feita diretamente pelas partes.
- B) a petição de homologação do acordo interrompe o prazo prescricional em relação às horas extras nela especificadas.
- C) o acordo será apresentado em petição conjunta, que será analisada pelo juiz no prazo de cinco dias a contar de sua distribuição.
- D) o juiz analisará o acordo no prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.

### Questão 78

Determinada empresa pública municipal, "XPTO", exploradora de atividade econômica, interpôs recurso ordinário, no décimo sexto dia útil após a intimação da sentença, ao qual foi negado seguimento pelo magistrado do trabalho, sob o fundamento de intempestividade e ausência do depósito recursal.

Considerando a situação proposta, é possível afirmar que o juiz do trabalho

- A) agiu equivocadamente, pois todas as empresas públicas gozam de prazo em dobro para interpor recursos no âmbito processual trabalhista.
- B) agiu equivocadamente, pois a empresa pública municipal em questão goza das mesmas prerrogativas da Fazenda Pública, no âmbito processual trabalhista.
- C) agiu equivocadamente, pois não se exige das empresas públicas exploradoras de atividade econômica o depósito recursal.
- D) agiu corretamente, pois a empresa pública municipal em questão deveria ter respeitado o prazo de oito dias úteis e não estava desobrigada do depósito recursal.

### Questão 79

Rodrigato ajuizou Reclamação Trabalhista em face da sua empregadora, empresa "Hora Certa Entregas" Ltda., e da tomadora dos serviços, empresa "Crepom Distribuidora de Produtos de Papelaria" Ltda. Na audiência uma designada comparecem o reclamante e a empresa Crepom, segunda reclamada, que, representada por preposto que não é seu empregado, apresenta defesa. Nesse caso,

- A) a audiência será redesignada para outra data, tendo em vista a ausência da primeira reclamada, que foi a empregadora do reclamante e é quem pode trazer as provas aos autos.
- B) será decretada a revelia da primeira reclamada, que

será considerada confessa quanto à matéria de fato.

C) será decretada a revelia de ambas as reclamadas, que serão consideradas confessas quanto à matéria de fato, a primeira em razão do não comparecimento e a segunda por estar representada por preposto não empregado.

D) a primeira reclamada, embora revel, não será considerada confessa quanto à matéria de fato tendo em vista que a segunda reclamada contestou a ação e, em relação à segunda reclamada, o fato de o preposto não ser empregado não gerará revelia nem confissão.

### **Questão 80**

No que também aos aspectos legais introduzidos pela reforma trabalhista, observa-se que a execução trabalhista poderá ser promovida pelas partes, ou de ofício pelo magistrado do trabalho

A) apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.

B) sempre que a parte interessada não adotar as providências para iniciar a liquidação da sentença.

C) sempre que for parte os órgãos da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional.

D) quando a reclamada for massa falida ou empresa em recuperação judicial.